

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano II - Nº 245 - Brasília, quinta-feira, 13 de junho de 1996

Comissão aprova texto que impede a reedição de medidas provisórias

Proposta, ainda sujeita a negociações políticas, amplia de 30 para 60 dias o prazo para o Congresso apreciar MPs, que serão transformadas em projeto caso não sejam votadas



Reunião ontem à noite da comissão especial encarregada de examinar as propostas sobre edição de MPs

Suplicy propõe campanha contra fumo e álcool

Os fabricantes de cigarros e de bebidas alcoólicas deverão aplicar em campanhas de condenação do vício os mesmos valores gastos em publicidade que induza ao consumo destes produtos, segundo projeto apresentado pelo senador Eduardo Suplicy. Ao pedir o apoio dos senadores, Suplicy disse que a aprovação da proposta representa um salto no processo de libertação do Brasil de seus dois principais alçozes - o fumo e o álcool. **Página 4**

Senadores cobram rigor na apuração de fraudes na saúde

Diversos senadores manifestaram ontem, durante debate com o ministro Adib Jatene, a necessidade de maior rigor na apuração de fraudes na saúde. O debate ocorreu logo após a instalação da comissão especial, presidida por Benedita da Silva, que se destina a investigar a tragédia da Clínica Santa Geneveva. Já em plenário,



Jatene depõe, ao lado de Benedita

Sérgio Machado destacou a queda de 28,4 por cento no índice de mortalidade infantil, constatada por levantamento da Pastoral da Criança. **Páginas 4 e 5**

O Congresso Nacional deverá ter 60 dias para apreciar as medidas provisórias, que não poderão ser reeditadas no todo ou em parte caso sejam rejeitadas. A nova regra está prevista em proposta de emenda à Constituição que consolida todos os projetos relativos à matéria em tramitação no Senado. O texto final, de autoria do relator, senador Josaphat Marinho, foi aprovado ontem à noite pela comissão especial que trata das medidas provisórias, em reunião presidida pelo senador José Sarney. Caso não seja aprovada neste prazo, a MP será transformada em projeto de lei que merecerá tramitação especial. **Página 3**

CPI apura trabalho escravo de crianças

A CPI que apura a existência de trabalho escravo de crianças e adolescentes vai realizar audiências públicas em todos os estados onde haja indícios do problema. **Página 8**

Aprovados novos embaixadores e ministros do Judiciário

Plenário também apreciou ontem renovação de concessões de emissoras de rádio e TV. Página 6

ACM vê êxito na viagem do Presidente à França

Senador destaca relacionamento político entre os dois países, "nunca antes tão coincidente", e diz que visita de Chirac ao Brasil, em 1997, fortalecerá entendimentos

Presidente da Comissão de Relações Exteriores, o senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) fez um relato da recente viagem do presidente Fernando Henrique Cardoso à França, cuja comitiva ele integrou. "Foi uma viagem de absoluto êxito para o Brasil", resumiu o parlamentar. Ele criticou a opção da imprensa brasileira por destacar a ação de manifestantes sobre a questão fundiária no Jais, assegurando que nenhum jornal francês noticiou esse episódio.

- Não é fácil para um país sul-

americano conseguir boa repercussão numa viagem dessas, mas o conceito que o Brasil começa a desfrutar no estrangeiro e a atuação competente do Presidente brasileiro obtiveram o reconhecimento do povo francês - afirmou o senador.

O presidente da Comissão de Relações Exteriores disse que mais importante que a cooperação econômico-comercial é o futuro do relacionamento político entre os dois países, nunca antes



Antônio Carlos

tão coincidente. A seu ver, a próxima visita do presidente Jacques Chirac ao Brasil, em 1997, fortalecerá esse novo relacionamento.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) indagou por que o presidente da República levou à França uma comitiva superior a 100 integrantes. Antônio Carlos respondeu que a delegação oficial resumiu-se a 12 pessoas, tendo os ministros que a integravam levado auxiliares necessários aos trabalhos previs-

tos em suas agendas.

Também num aparte, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou o fato de Fernando Henrique Cardoso ter levado os netos, ressaltando que o ato em si não é condenável, mas sim o exemplo que pode suscitar em viagens de outros administradores públicos. O líder do governo, Elcio Alvares, repeliu as críticas à inclusão dos netos do presidente na comitiva, dizendo que isso visa a atingir a imagem positiva da viagem, assim como o reconhecimento que o Brasil vem tendo no exterior.

Agenda do Dia

PRESIDENTE

Senador José Sarney

10h - Recebe o deputado Cunha Lima e presidentes de indústrias de materiais ferroviários.

10h30 - Preside reunião da Comissão Diretora do Senado.

12h - Recebe o ex-senador Jarbas Passarinho.

14h30 - Preside sessão deliberativa do Senado.

19h - Participa da posse dos ministros Marco Aurélio e Ilmar Galvão nos cargos de presidente e vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral. *Sede do TSE - SAS - Praça dos Tribunais - Bl. "C" - 1º andar.*

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Substitutivo da Câmara ao PLS nº 57/91, que dispõe sobre o exercício da profissão de Técnico em Turismo; e "PLS nº 313/95, que regulamenta o uso da língua vernácula para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informação destinada ao consumidor brasileiro.

COMISSÕES

10h - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "Mensagem nº 176/96, submetendo à aprovação do Senado Federal a escolha de Jorge Konder Bornhausen para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto a Portugal; e "PLC nº 30/96, que dá nova redação a dispositivos da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão Especial do Código de Trânsito Brasileiro

Pauta: Discussão e votação do relatório final. *Sala 02 - Ala Senador Nilo Coelho.*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.463/96, que dispõe sobre o reajuste do salário mínimo e dos benefícios da Previdência Social, altera alíquotas de contribuição para a Seguridade Social e institui contribuição para os servidores inativos da União

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.467/96, que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento Fiscal da União, em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, crédito extraordinário até o limite de 800 milhões de reais, para os

fins que especifica

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*

10h - Comissão Mista de Orçamento

Pauta: Definição das prioridades para a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO. *Plenário 2 da Câmara dos Deputados.*

10h - Comissão de Assuntos Sociais

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLS nº 83/95 (terminativo), que dispõe sobre o enquadramento dos juizes classistas temporários, como segurados, no regime da previdência social; e "PLS nº 136/95 (terminativo), que dispõe sobre a participação dos trabalhadores na gestão das empresas. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.*

11h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.471/96, que institui a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), dispõe sobre a remuneração dos recursos do Fundo de Participação, do PIS-Pasep, do Fundo de Amparo ao Trabalhador e do Fundo de Marinha Mercante

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 13 - Ala Senador Alexandre Costa.*

15h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.468/96, que dá nova redação ao parágrafo único do art. 1º da Lei nº 8.995/95, que autoriza o Ministério dos Transportes, por intermédio da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), a transferir à Companhia Fluminense de Trens Urbanos (Flumitrens) recursos para pagamento de pessoal

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 04 - Ala Senador Nilo Coelho.*

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.469/96, que autoriza a utilização de recursos do Fundo de Marinha Mercante (FMM), em favor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro (Lloydbras)

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 06 - Ala Senador Nilo Coelho.*

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.470/96, que dispõe sobre a responsabilidade solidária de controladores de instituições financeiras

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa.*

16h - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a MP nº 1.472/96, que dispõe sobre os quadros de cargos do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) da Advocacia-Geral da União e do Ministério da Fazenda

Pauta: Instalação, eleição do presidente e do vice-presidente, e escolha do relator. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa.*

Comissão aprova texto que impede reedição de MPs

Proposta de relator consolida todas as emendas constitucionais em tramitação no Senado relativas à matéria e amplia de 30 para 60 dias prazo para o Congresso apreciar medidas

A Comissão Especial das Medidas Provisórias, presidida pelo senador José Sarney (PMDB-AP), decidiu ontem à noite aprovar texto apresentado pelo relator, senador Josaphat Marinho (PFL-BA), consolidando as propostas de emenda constitucional em tramitação no Senado, relativas à edição de medidas provisórias (MP).

O texto do relator amplia de 30 para 60 dias o prazo para o Congresso apreciar as medidas provisórias e dispõe que estas deverão ser obrigatoriamente acompanhadas de exposição de motivos. Prevê ainda que, se não apreciadas no prazo regimental, perderão a eficácia, desde sua edição, e serão convertidas em projeto de lei que merecerá tramitação especial. No caso de rejeitada a medida provisória, esta não mais poderá ser reeditada, em todo ou em parte.

Diz ainda o texto que não serão objeto de medidas pro-



Josaphat lê o texto que consolida as emendas sobre MPs

visórias as matérias vedadas à lei delegada, assuntos de natureza tributária, direito penal e que forem especificados em lei complementar.

ENTENDIMENTOS

O presidente José Sarney pediu à comissão prazo até segunda-feira para submeter às lideranças partidárias o texto aprovado, na tentativa de se chegar a uma solução de consenso.

Informou Sarney ter mantido no início da semana entendimentos com o presidente da República no sentido de que se tenha uma posição "na qual o

Executivo restrinja o uso de medidas provisórias e o Legislativo devolva ao Executivo algumas das atribuições que os constituintes colocaram na Carta Magna como sendo do Congresso Nacional".

Segundo Sarney, o assunto é de suma importância para o funcionamento democrático, "uma vez que hoje temos o Executivo legislando sobre todos os temas que competem ao Congresso Nacional". O presidente do Senado disse esperar que as medidas sugeridas possam reduzir a emissão de medidas provisórias em 95%.

Congresso, moderador nas reformas

O Congresso Nacional evitou que o processo das reformas constitucionais desembocasse numa "abertura selvagem", por desempenhar papel moderador orientado pela busca do equilíbrio entre "o possível e o necessário". A avaliação foi feita pelo presidente do Senado, José Sarney, a representantes da Federação Mundial das Juventudes Democráticas, recebidos em audiência na tarde de ontem.

A atuação do Congresso, segundo o senador, evidencia um entendimento de que o Estado deve ser forte, não no tamanho, mas na qualidade, agindo como harmonizador de conflitos sociais, de forma a impedir que os fortes se prevaleçam de sua posição contra os fracos.

A federação congrega organizações de jovens de 17 países, que estarão reunidos em Brasília até amanhã para discutir os efeitos das políticas econômicas neoliberais sobre a educação e o trabalho. A delegação compareceu à audiência acompanhada do deputado Lindberg Farias (PCdoB-RJ).

BANERJ

Em outra audiência, Sarney recebeu a presidente do Sindicato dos Bancários do Rio de Janeiro, Fernanda Carisio, acompanhada de membros da diretoria da entidade, da senadora Benedita da Silva (PT-RJ) e do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Eles estão em campanha de mobilização política em favor de que o banco oficial daquele estado, o Banerj, conserve sua função pública.

Solução ainda depende de negociações com o governo e as lideranças políticas

A fórmula de restrição à edição de Medidas Provisórias defendida pelo presidente do Senado, José Sarney, terá o efeito de ampliar as condições de governabilidade do País, facilitando a adoção, pelo governo, de iniciativas referentes à administração pública. Sarney disse ontem que o presidente Fernando Henrique Cardoso concordou com a proposta "em teoria", mas ainda há toda uma negociação a ser realizada pelas lideranças políticas no Congresso Nacional.

- Acho que já é um grande avanço. Vamos ver o que é possível fazer - afirmou Sarney, que expôs suas sugestões ao presidente da República durante um jantar, realizado na segunda-feira, dia 10.

Ainda de acordo com o relato feito pelo senador, Fernando Henrique não aceita os termos do relatório elaborado pelo senador Josaphat Marinho para a Comissão Especial do Senado que estuda o assunto. O presidente da República acha que esta versão, na qual Josaphat tentou encontrar um denomina-

dor comum das posições dos senadores, tolhe as ações do governo.

Sarney afirmou que é necessário limitar a edição das medidas definindo previamente os casos realmente urgentes, e não deixando a avaliação à decisão subjetiva do presidente da República. Em contrapartida, seriam devolvidos ao Executivo os poderes retirados pela Constituição de 1988, num momento em que havia uma tendência de adoção do parlamentarismo, o que exigia o superfortalecimento do Legislativo.

Suplicy quer campanhas contra dependência pagas por indústrias

Projeto do senador obriga produtores de bebidas alcoólicas e cigarros a investirem na prevenção e no combate ao vício

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) apresentou ontem projeto de lei estabelecendo que os fabricantes de cigarros e de bebidas alcoólicas apliquem R\$1,00 em campanhas de condenação do vício, a cada R\$1,00 despendido em publicidade que induza ao consumo desses produtos. O projeto determina que essas campanhas, além de mostrar os danos causados à saúde dos dependentes, devem ocupar os mesmos veículos, espaço, tempo de duração e faixa horária utilizados nos anúncios de cigarros e de bebidas.

A proposição dispõe ainda que as fraudes nesta área serão consideradas propaganda enganosa e como tal julgadas, e exige que os anunciantes mantenham planilhas detalhadas de investimentos em publicidade para fiscalização pelo



Eduardo Suplicy

poder público. Para Suplicy, "não há um só ser humano de bom senso que advogue a favor do tabagismo", visto que, conforme argumenta, os defensores do vício no máximo desdenham os "nefandos efeitos do álcool e do fumo sobre a saúde humana". O senador disse que a bebida alcoólica,

embora não possa ser qualificada de intrinsecamente má, "está obrigatoriamente na biografia de cada drogado do mundo".

Segundo Eduardo Suplicy, a maior causa de internações psiquiátricas no Brasil resulta do uso abusivo de bebidas alcoólicas. Ele explicou que, embora isso não seja divulgado, o alcoolismo é uma doença cara para o Estado, pois consome milhões de reais por ano no tratamento de suas consequências. Como problema de saúde pública, disse, ultrapassa as doenças cardíacas, o câncer e as doenças mentais. Ao pedir apoio dos senadores para seu projeto, Suplicy disse que a aprovação da medida representa um salto no processo de libertação do Brasil de dois de seus principais algozes - o fumo e o álcool.



Sérgio Machado

Machado destaca queda no índice de mortalidade infantil

O senador Sérgio Machado (CE), líder do PSDB, destacou ontem a queda de 28,4% no índice de mortalidade infantil no País, no primeiro trimestre deste ano, em comparação com o mesmo período de 1995. O senador afirmou que "o Real promoveu uma distribuição de renda e, conseqüentemente, a melhoria de vida dos brasileiros, na busca da sociedade que todos nós sonhamos".

O levantamento foi feito pela Pastoral da Criança - entidade ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - em 1.476 municípios brasileiros, abrangendo 2,6 milhões de crianças. Para o senador, os números da pesquisa demonstram um avanço na política social do governo. No entanto, ele disse que é preciso aprovar as reformas constitucionais que estão no Congresso para garantir mais recursos ao setor, que hoje dispõe de apenas R\$ 2,5 bilhões. "Sem a aprovação dessas reformas não vamos avançar o suficiente na área social", frisou.

Segundo Sérgio Machado, dos municípios pesquisados, 552 são atendidos pelo Programa Comunidade Solidária, além de contarem com o apoio de outras ações de natureza social. Os dados da CNBB constataam uma mortalidade média de 17,8 crianças menores de um ano para cada grupo de 1 mil, no primeiro trimestre deste ano, contra 24,8 do ano passado.

Simon defende aprovação da CPMF na Câmara

Engavetar o projeto de lei que institui a CPMF (Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira) para aumentar os recursos destinados à área de saúde não é solução, afirmou ontem o senador Pedro Simon. Ele apelou ao governo para que aja como um todo a fim de que a CPMF seja votada na Câmara dos Deputados. É incompreensível, a seu ver, que o IPMF (Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira), destinado ao caixa do Tesouro Nacional, tenha sido aprovado, e que a CPMF, destinada à saúde, não o seja.

Na sua opinião, os empresários, que resistem ao imposto, o fazem "porque todo mundo fica na vitrine" diante do Fisco. Quando propôs a CPMF, segundo o senador, o governo "atirou no que viu,

mas acertou no que não viu, o caixa dois das empresas".

Simon, que compareceu ao depoimento do ministro Adib Jatene na comissão especial temporária que acompanha a tragédia da Clínica Santa Geneveva, a ontem de manhã, manifestou sua solidariedade ao ministro e defendeu a adoção da CPMF. "Foi um depoimento dramático, digno e honesto", afirmou.

O senador gaúcho também fez questão de afirmar, acompanhando o líder do PSDB, senador Sérgio Machado (CE), que a redução da mortalidade infantil, constatada pela Conferência Nacional



Pedro Simon

dos Bispos do Brasil (CNBB), é uma notícia positiva, "que deve merecer respeito e atenção". Os números representam, para o senador, que o Plano Real fez distribuição de renda para os mais pobres. A classe média, disse ele, foi mais penalizada, por incompetência social na fiscalização no setor de prestação de serviços.

Os mesmos números da CNBB, no entendimento do senador, demonstram como são positivos os resultados quando aumentam os recursos sociais, o que recomendada a adoção da CPMF para a saúde.

Tuma quer rapidez na apuração de crime na saúde

"Quem frauda é um homicida", afirma senador, que pede adoção do rito sumário para acelerar investigações. Ministro Jatene diz que falhas estão sendo reduzidas

A adoção do chamado rito sumário para acelerar os processos de apuração de denúncias de irregularidades no sistema de saúde no País foi defendida ontem pelo senador Romeu Tuma (PSL-SP), durante o debate com o ministro Adib Jatene na comissão especial do Senado criada para acompanhar os atos, fatos e circunstâncias que envolvem a tragédia da Clínica Santa Genevieve e outras casas geriátricas do Rio de Janeiro.

- Quem frauda a saúde é um homicida - disse o senador, destacando as dificuldades impostas pela legislação vigente para se punir os criminosos da área de saúde. Ele acrescentou que a alternativa seria aplicar o mesmo método adotado na questão do tráfico de drogas.

Romeu Tuma lembrou que, há 10 anos, quando chefiava a Superintendência da Polícia Federal de São Paulo, acabou respondendo a processo, por difamação e calúnia, movido por um escritório especializado na intermediação de fraudes hospitalares contra o Ministério da Saúde. Esse proble-



A comissão especial iniciou ontem os trabalhos de investigação da tragédia no Rio de Janeiro

ma, segundo o senador, continua ocorrendo em todo o País.

E esclarecendo que as falhas estão sendo reduzidas graças ao sistema de "prevenção de fraude" colocado em prática por meio de "controle eletrônico", Adib Jatene disse que já houve casos em que, por decisão da Justiça, o Ministério da Saúde foi obrigado a continuar mantendo convênio com vários hospitais que haviam fraudado o sistema. Jatene citou, a propósito, o caso de sete hospitais do Maranhão.

Clínica será fechada e descredenciada

Sobre a tragédia ocorrida no Rio de Janeiro, o ministro Adib Jatene confirmou para amanhã o fechamento e descredenciamento da Clínica Santa Genevieve.

Questionado pela senadora Benedita da Silva (PT-RJ), Adib Jatene disse que o relatório referente aos problemas ocorridos no Rio de Janeiro ficará pronto nesta semana.

Presidida por Benedita da

Silva, a comissão especial tem como vice-presidente Ney Suassuna (PMDB-PB) e como relator José Alves (PFL-SE). Integram a comissão, como titulares, José Fogaça (PMDB-RS), Sebastião Rocha (PDT-AP), Romero Jucá (PFL-RR), José Bianco (PFL-RO), Artur da Távola (PSDB-RJ), Lucídio Portella (PPB-PI) e Valmir Campelo (PTB-DF).

O sistema está podre, acusa Freire

O senador Roberto Freire (PPS-PE) disse ontem, durante o debate com o ministro Adib Jatene, que o episódio ocorrido em Caruaru e a tragédia da Clínica Santa Genevieve são "responsabilidade do sistema, que tem apresentado resultados negativos, a julgar pela rejeição de mais de um milhão de autorizações de internação hospitalar". Segundo o senador, os dados revelados por Jatene mostram que corrupção e fraude continuam ocorrendo, e que ninguém ainda foi punido.

- O sistema está podre, mas o governo ainda não foi

capaz de baixar uma medida provisória dando ao ministro os instrumentos necessários para uma intervenção concreta - ressaltou Freire.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) considerou "muito complexo" o sistema de fiscalização, que, conforme o ministro, é feito por um auditor federal e pelas secretarias estaduais e municipais de Saúde. Jatene explicou que, futuramente, a gestão dos recursos será feita

por cada município.

José Fogaça (PMDB-RS) se disse preocupado com a descentralização do sistema, que, adotada a partir de 1988, ainda não apresentou resultados. Fogaça manifestou-se convicto de que os conselhos municipais não estão funcionando e que, se a situação permanecer como está, não restará alternativa senão a volta da centralização.

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) observou que nas

"Dados mostram que corrupção e fraude continuam ocorrendo"

prefeituras do interior é muito difícil para a comunidade questionar o prefeito, e sugeriu a contratação pelo SUS de pessoal qualificado para fiscalizar o sistema.

Já Pedro Simon (PMDB-RS) disse que "a imagem da saúde no Brasil está muito ruim" e considerou uma "crueldade o que o governo está fazendo com o ministro, porque não quer instituir esse imposto". Também estiveram presentes à reunião os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), José Eduardo Dutra (PT-SE), Sebastião Rocha (PDT-AP) e José Alves (PFL-SE).

Plenário aprova ministros do Judiciário

Na sessão de ontem os senadores concordaram também com as indicações de novos embaixadores junto à Iugoslávia, São Tomé e Príncipe, Marrocos e Bahrein



Na sessão em que foi condenada a imprevidência, senadores homenagearam os mortos pela explosão

Senadores fazem minuto de silêncio por vítimas da tragédia de Osasco

Por iniciativa do senador Eduardo Suplicy (PT-SP), os senadores observaram ontem um minuto de silêncio como manifestação de pesar pelas mortes ocorridas na explosão do Osasco Plaza Shopping, em São Paulo. Suplicy e o senador Romeu Tuma (PSL-SP) cobraram do governo providências para um maior controle do processo de engarrafamento de butijões de gás, uma

vez que a tragédia pode ter sido causada por vazamento desse tipo de combustível.

Tuma lembrou que, há seis anos, dois quarteirões no bairro paulista do Brás foram destruídos pela explosão de butijões de gás utilizados por uma empresa. Na época, disse, concluiu-se que o Departamento Nacional de Combustíveis (DNC) deveria exercer maior controle sobre o engar-

rafamento e distribuição do gás GLP. Em aparte a Tuma, Onofre Quinan (PMDB-GO) afirmou que o problema que tem originado tragédias como as de Osasco e do Brás é que as grandes empresas nunca fizeram recuperação e troca de butijões. "Elas estão no mercado há quase 40 anos e agora querem aumentar o preço do gás para requalificar os vasilhames", censurou Quinan.

Wilson lamenta morte da viúva de Nilo Coelho

O senador Carlos Wilson (PSDB-PE) lamentou a morte da senhora Maria Thereza Brennand Coelho, viúva do ex-governador de Pernambuco e ex-senador Nilo Coelho, ocorrida no último dia 2, em consequência de derrame cerebral.

- Foi uma mulher forte, discreta, que incentivou a carreira política de seu marido. Jamais transformou ações filantrópicas em promoção pessoal. Fazia doações a instituições de caridade, em lugar de promover festas - concluiu o senador.

Valmir solidariza-se com famílias atingidas

O líder do PTB, senador Valmir Campelo (DF), manifestou ontem sua solidariedade ao povo de Osasco e principalmente às famílias que perderam parentes na tragédia ocorrida em decorrência da explosão que destruiu o Osasco Plaza Shopping.

O senador também se solidarizou com o prefeito Celso Antônio Giglio, que pertence ao PTB, colocando-se "ao seu inteiro dispor para quaisquer gestões que

visem a amenizar o sofrimento das famílias atingidas".



Valmir Campelo

-Graças a Deus, a defesa civil e a rede de hospitais de Osasco agiram rapidamente e encontravam-se aparelhados para socorrer as vítimas. O hospital regional de Osasco, numa situação privilegiadíssima em termos de Brasil, possuía até mesmo estoque de sangue para as operações mais complicadas - frisou Valmir Campelo.

O plenário do Senado aprovou ontem os nomes de cinco ministros de tribunais superiores e quatro novos embaixadores, renovou a permissão de funcionamento de três rádios e autorizou que seja renovada, por mais 15 anos, a concessão dada à TV Globo de Recife. As rádios beneficiadas são Cidade das Águas, de Cidade de Amparo (SP), e a Rádio Clube de Alagoas, nas cidades de Maceió e Arapiraca (AL). Os senadores concordaram ainda com a instalação de uma nova rádio na cidade de Pirassununga (SP), com o nome de 90-FM Stéreo.

O Superior Tribunal de Justiça terá três novos ministros, conforme parecer aprovado pelos senadores. São os ministros José Arnaldo da Fonseca, Carlos Alberto Menezes Direito e Fernando Gonçalves. Já o Tribunal Superior do Trabalho contará com dois novos ministros classistas temporários, representantes dos trabalhadores - José Firmino e Lourenço Ferreira do Prado.

O novo embaixador do Brasil na Iugoslávia será o diplomata Adolf Libert Westphalen, de acordo com aprovação dada pelo Senado. Para o Marrocos irá o embaixador Marcelo Didier, enquanto o diplomata Alexandre Addor Neto acumulará a embaixada do Brasil em Angola com a de São Tomé e Príncipe. O diplomata Antônio Carlos Coelho da Rocha foi autorizado a acumular a função de embaixador no Kuwait com a de embaixador em Bahrein.

Os senadores aprovaram também requerimento de líderes pedindo o adiamento de votação, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que quebra o monopólio estatal de resseguros, exercido pelo Instituto de Resseguros do Brasil.

Josaphat condena demissões de bancários

Senador lamenta que bancos socorridos pelo Proer dispensem funcionários, enquanto governo estuda vinculação de salário-desemprego a cursos profissionalizantes

Suplicy denuncia queda drástica na arrecadação do ITR

Acompanhado de deputados da bancada petista, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) protocolou ontem no Palácio do Planalto ofício visando demonstrar ao presidente Fernando Henrique Cardoso que a arrecadação do ITR (Imposto Territorial Rural) caiu drasticamente no País, e está longe de propiciar estímulo ao uso produtivo da terra. O senador disse que o propósito do legislador, na criação desse imposto, foi o de induzir o uso intenso da propriedade rural, já que a terra improdutiva seria punida com maior tributação, mas ele entende que está acontecendo exatamente o contrário.

Para Suplicy, quanto maior a extensão da terra e menor o seu uso, menor também está sendo a participação do proprietário na receita fiscal da União.

LIBERTAÇÃO

Eduardo Suplicy também informou que os senadores petistas encaminharam carta ao presidente da República pedindo a agilização de providências destinadas a libertar a brasileira Lamia Maruf Hasan, presa há oito anos em Israel. O senador lembrou que o presidente da Autoridade Palestina, Yasser Arafat, transmitira ao governo brasileiro informações de que Lamia estava prestes a ser libertada, mas agora, com a vitória eleitoral da oposição em Israel, Suplicy entende que a situação "torna-se dramática", e a brasileira corre o risco de ficar encarcerada pelo resto da vida. "Talvez fosse oportuno solicitar o auxílio do presidente norte-americano Bill Clinton nessa questão", frisou.

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) condenou ontem o aumento do desemprego no País, criticando, especialmente, as demissões promovidas por bancos socorridos pelo Banco Central, com recursos do Proer. Segundo o senador, o Ministério da Fazenda e o Banco Central não procuraram resguardar a situação desses assalariados. Josaphat destacou que o próprio presidente Fernando Henrique Cardoso disse na França que a taxa de desemprego deverá atingir cinco por cento neste ano.

- Enquanto a situação se agrava, o governo, ao invés de adotar medidas corretivas de



Josaphat Marinho

combate ao desemprego, está promovendo estudos no Ministério do Trabalho, vinculando o pagamento do salário-desemprego à matrícula em cursos de requalificação profissional para os trabalhado-

res - disse o senador.

Josaphat Marinho criticou também a direção do Banco Excel, que adquiriu o Banco Econômico, com as facilidades permitidas pelo Proer, e agora ameaça demitir servidores no estado da Bahia. Segundo ele, o Proer se tornou um fundo no Banco Central a serviço dos bancos privados.

Em apertes, os senadores Lauro Campos (PT-DF) e Edison Lobão (PFL-MA) apoiaram o discurso. Lauro Campos disse que o governo utiliza índices da Fundação Getúlio Vargas para medir o desemprego, visando esconder os números reais sobre essa situação.

Valadares apela por diálogo com universidades em greve

Dizendo-se convencido de que o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, não vai querer seu nome ligado ao dismantelamento do patrimônio científico e cultural acumulado pelas universidades federais, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) expressou ontem seu apoio ao diálogo entre o governo e as entidades representativas do movimento docente. Segundo afirmou, ao longo de dois meses de greve, as 32 universidades estão sendo tratadas com absoluta indiferença por parte do governo.

Valadares ressaltou que, num país carente de inovação tecnológica e científica, assim como de ampliação da clientela universitária, nenhum governo pode dar-se o luxo de, simplesmente, ignorar as reivindicações dos professores de nível superior. O senador citou um manifesto



Valadares

redigido pelos docentes da Universidade Federal de Sergipe, denunciando que os padrões salariais dos professores têm sofrido queda regular nos últimos anos e que, com isso, muitos deles têm chegado a extremos que beiraram a indignação.

- Diante desse quadro, tenho a certeza de que o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, saberá assumir seu papel, irrenunciável, de mediador nos entendimentos - afirmou.

Bezerra destaca realização da 24ª Exposul

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) destacou a realização em Rondonópolis (MT), de 8 a 16 deste mês, da 24ª Exposul, o



Bezerra

principal evento agropecuário de Mato Grosso e um dos mais importantes do Centro-Oeste. Segundo explicou, além de exibir os melhores resultados obtidos na criação de bovinos, essa feira significa verdadeiro acontecimento cultural e serve para que os produtores da região conheçam as mais modernas tecnologias.

Bezerra chamou a atenção para o grande debate sobre a situação da pecuária, que, nesta sexta-feira, reunirá criadores e autoridades dos ministérios da Fazenda e da Agricultura. Disse que deverão ser discutidas soluções para o endividamento dos produtores rurais de Mato Grosso que não puderam beneficiar-se da securitização de dívidas vencidas.

Lugar de criança é na escola, diz Benedita

Senadora defende que CPI destinada a combater o trabalho escravo infantil aponte soluções para o problema dos meninos e meninas de rua e meios de colocá-los na rede de ensino

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) disse ontem que a Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a apurar denúncias sobre a exploração do trabalho de crianças e adolescentes no Brasil é uma excelente oportunidade para retirar crianças das ruas e do trabalho, garantindo sua permanência na escola. A comissão tem como desafio diagnosticar as causas e apresentar soluções para a erradicação do trabalho infantil e escravo no País, afirmou.

A senadora citou dados que considerou "alarmantes": a



Benedita da Silva

existência, no País, de 7,5 milhões de crianças e adolescentes trabalhando, sendo 3 milhões com idade entre 10 e 14 anos - o que é proibido pela Constituição e pelo Estatuto

da Criança e do Adolescente. Além disso, assinalou, 58% desses jovens não são remunerados e 70% dos que recebem dinheiro ganham meio salário mínimo.

- É importante destacar o aspecto cultural que envolve a questão, pois a população tende a considerar que o trabalho enobrece, esquecendo-se de que nem todo trabalho engrandece, principalmente o de crianças que estão fora da escola. Não podemos aceitar esse regime de escravidão que rouba a infância de meninos e meni-

nas e compromete o futuro das crianças - assinalou.

Benedita da Silva sugeriu a adoção de um programa de renda mínima para as famílias das crianças carentes, como forma mais objetiva e eficaz de enfrentar o problema. Na sua opinião, a complementação de renda familiar tem apresentado resultados surpreendentes para erradicação do trabalho infantil. Em apertes, ela recebeu apoio dos senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Romeu Tuma (PSL-SP).

CPI ouvirá jornalistas sobre trabalho escravo infantil

Os jornalistas Joaquim Carvalho e Valéria França, da revista *Veja*, deverão comparecer ao Senado na próxima quarta-feira (dia 19) para prestar esclarecimentos à CPI que apura as denúncias sobre a existência de trabalho de crianças e adolescentes em diversos segmentos da atividade rural no Brasil. A decisão de convidar os dois jornalistas foi tomada ontem pela comissão, presidida pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

A senadora disse que será "muito importante" a

CPI abrir a fase preliminar de suas atividades com informações fornecidas pelos autores da reportagem-denúncia, publicada em agosto de 1995, que originou a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito.

- Não há dúvida de que os detalhes pormenorizados que esses dois jornalistas deverão trazer serão de grande valia para a comissão desenvolver as investigações sobre o trabalho escravo infantil praticado no País - afirmou.

AUDIÊNCIAS

A CPI decidiu ainda pela realização de audiências pú-



Marluce Pinto quer ouvir os autores das denúncias na *Veja*

blicas em todos os estados e regiões onde haja indício de trabalho escravo. Antes, porém, deverá ouvir o mi-

nistro do Trabalho e o representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ **1º Vice-Presidente:** Teotônio Vilela Filho
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ **1º Secretário:** Odacir Soares
2º Secretário: Renan Calheiros ■ **3º Secretário:** Levy Dias
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ **Suplentes de Secretário:** Antonio Carlos Valadares ■ Eduardo Suplicy ■ Emília Fernandes ■ Ney Suassuna

■ **Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia ■ **Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ **Coordenador de Jornalismo** - Flávio de Mattos ■ **Chefe do Serviço de Imprensa** - José do Carmo Andrade
Editores - Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ **Fotos** - Célió Azevedo, Márcia Kalume e Adão Nascimento ■ **Revisão:** Maria das Graças Aureliano e Lindolfo Amaral
 ■ **Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.**

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal